



SOCIEDADE

Mutirão de vacinação vai às escolas públicas

Governo abre na segunda-feira campanha para imunizar menores de 9 a 14 anos. Meta é alcançar cerca de 28 milhões de alunos

» FRANCISCO ARTUR

A partir da próxima segunda-feira as escolas públicas receberão um mutirão de vacinação, cujo objetivo é atualizar a caderneta de imunização de aproximadamente 28 milhões de alunos de idades entre nove e 14 anos — que equivale a 90% do total de crianças e adolescentes elegíveis a receber as vacinas contra febre amarela, tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), tríplice bacteriana (DTP), meningocócica, ACWY e HPV.

O mutirão foi anunciado, ontem, pelos ministérios da Saúde e da Educação e segue até 25 de abril. A imunização será realizada nas quase 110 mil unidades de ensino dos 5.544 municípios brasileiros. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a vacinação na escola será uma oportunidade à qual não se deve frequentar regularmente unidades básicas de saúde (UBS).

“Aproveitar o espaço escolar não apenas para divulgar, mas, também, quando necessário, para realizar a vacinação e promover a campanha é fundamental”, afirmou.

A possibilidade de vacinar crianças e adolescentes nas escolas da rede pública de ensino é aprovada pela bióloga molecular Kelly Magalhães. Coordenadora do Laboratório de Imunologia e Inflamação (Limi) da Universidade de Brasília (UnB), ela frisa que o mutirão abrangerá famílias que teriam dificuldades de levar crianças e adolescentes a um posto de saúde para se vacinarem.

“Será importante ter a disponibilidade da vacinação nas escolas para facilitar aos pais, que muitas vezes não têm como levar o seu filho ao posto de saúde. Agora, ele (a criança ou adolescente) pode ser vacinado na escola”, disse.

Desinformação

O colégio como espaço para vacinação dos estudantes

Watterson Rosa/MS



Para o ministro Alexandre Padilha, o espaço da escola deve servir, também, para divulgar e realizar campanha de vacinação — que vai até dia 25



Será importante ter a vacinação nas escolas para facilitar aos pais, que muitas vezes não têm levar o seu filho ao posto de saúde”

Kelly Magalhães,
coordenadora do
Laboratório de Imunologia
e Inflamação da UnB

também foi aprovado pela diretora da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI), Isabella Ballalai. Ela ressaltou que uma das maiores causas de hesitação em se imunizar é a falta de acesso à informação clara sobre quais fármacos são necessários às crianças e adolescentes.

“Um dos motivos mais apontados nas pesquisas a respeito da não vacinação no Brasil é o acesso à informação sobre quais são necessárias às crianças e adolescentes. Muitos pais não sabem exatamente que imunizantes têm que oferecer à criança e, muito menos ainda, ao adolescente”, lamentou.

Além da falta de acesso ao posto de saúde e do desconhecimento sobre quais vacinas

crianças e adolescentes devem receber, Kelly Magalhães cobrou comunicação do governo para a promoção de ações contra desinformação sobre os imunizantes.

“Na pandemia de covid-19, tivemos aquela corrida para ter as vacinas contra a doença. Houve, também, muita desinformação contra a eficácia comprovada de vacinas em geral, e as pessoas ficaram com medo de vacina. Isso é perigoso e exige que o governo reformule sua comunicação, melhore a campanha de vacinação e invista em esclarecimentos sobre a segurança e a eficácia das vacinas”, salientou.

Sem a comunicação efetiva sobre a necessidade das vacinas,



Um dos motivos apontados nas pesquisas a respeito da não vacinação é o acesso à informação sobre quais são necessárias”

Isabella Ballalai,
diretora da Sociedade
Brasileira de Imunologia

Saiba mais

Como acessar a Caderneta Digital

Para acessá-la, o responsável utilizará o aplicativo Meu SUS Digital. A ação demandará que tanto o responsável, quanto a criança, tenham contas ativas no gov.br. Confira o passo a passo para o serviço:

» Baixe o aplicativo gratuitamente nas lojas oficiais (Apple Store para iOS e Google Play, para Android) ou acesse a versão web;

» Abra o aplicativo. Faça login com o CPF e a senha do gov.br;

» Na tela inicial, vá até a seção Miniapps. Selecione o miniapp “Caderneta da Criança”. Clique em “Adicionar nova criança”. Leia e aceite o Termo de Responsabilidade;

» Informe o CPF da criança e a senha da conta gov.br dela. Depois da validação, a criança será vinculada à sua conta e a caderneta estará disponível.

segundo Kelly, doenças antes erradicadas reapareceram “justamente por causa da queda dos índices de vacinação atuais”.

Também foi anunciada pelo Ministério da Saúde a criação da Caderneta Digital de Saúde da Criança. Segundo a pasta, o documento estará integrado ao aplicativo *Meu SUS Digital* e comportará todos os dados de imunização da criança.

Na seção “Registros de Saúde”, é possível visualizar um panorama completo da saúde da criança, incluindo informações sobre a vacinação. Além disso, a caderneta on-line enviará notificações com lembretes para a hora de vacinar sobre as doses de reforço.

» Brasil retoma vistos para três países

O governo retomou a exigência de visto para turistas provenientes dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália. A medida unilateral adotada em 2019, no governo Bolsonaro, e visa restabelecer o princípio da reciprocidade nas relações internacionais, uma vez que brasileiros ainda necessitam de visto para entrar nos três países. A nova política está em vigor e se aplica, inclusive, a passageiros que desembarcaram ontem no Brasil. Sem o visto, o turista poderá ser barrado pelas autoridades de imigração — as companhias aéreas também estão autorizadas a vetar o embarque nos aeroportos de origem. Segundo a Presidência, a isenção unilateral de vistos não resultou em aumento do fluxo turístico — norte-americanos, canadenses e australianos representavam 8,8% do fluxo de turistas estrangeiros em 2019, índice que se manteve quase inalterado em 2024 (8,4%).

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ministério lança metas para ambiente digital saudável

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou, ontem, a campanha *Crescer em Paz: Justiça e Segurança Pública para Proteção de Crianças e Adolescentes*. Composta por 45 ações, a iniciativa visa prevenir violências, acolher vítimas, ampliar o acesso à justiça e modernizar as políticas públicas voltadas ao público infantojuvenil.

Entre os destaques, está a criação da Comissão de Verificação Ética (CVE), um espaço consultivo formado por representantes do poder público, sociedade civil, empresas de tecnologia e especialistas, voltado à definição de mecanismos eficazes para garantir que serviços digitais sejam compatíveis com a faixa etária dos usuários.

“A verificação etária não é somente uma solução normativa, não é somente uma lei, um padrão ou uma portaria. É uma

solução tecnológica. Por isso, é importante pensar com todos os atores da sociedade para podermos colocar de pé algo que seja útil, que, de fato, chegue às famílias e funcione junto com padrões de controle parental. Auxiliar os responsáveis familiares, educadores a entregarem um conteúdo seguro para crianças e adolescentes no Brasil”, detalhou Lúlian Cintra de Melo, secretária de Direitos Digitais do ministério.

Ela explicou que, ao contrário da tradicional classificação indicativa de conteúdos — utilizada para filmes, novelas e programas de tevê —, a proposta do MJSP é classificar os serviços digitais, como aplicativos e plataformas de streaming, com base nos riscos potenciais que oferecem.

“Estamos falando de classificação de serviços digitais e não de conteúdo. Como na internet o conteúdo é difuso, a gente tem conteúdo de terceiros que usam essas plataformas. Seria uma tarefa muito difícil controlar todo

Jamile Ferraris / MJSP



Lewandowski: tecnologia deve ser alcançada pelos direitos fundamentais

tipo de conteúdo que sobe na internet. Então, o que a gente vai fazer é classificar o serviço digital, o aplicativo”, detalhou a secretária.

Ela lembrou que o Brasil participa do sistema internacional IARC, que classifica aplicativos em lojas virtuais. Mas o objetivo, agora, é ampliar essa metodologia, incorporando mais

plataformas à política nacional de classificação digital.

Canal de denúncia

Outro eixo da estratégia é o lançamento de um canal unificado de denúncias para violações de direitos de crianças e adolescentes, integrado ao site do

ministério. “Estamos lançando um comitê que vai pensar exatamente, do ponto de vista prático, como isso vai acontecer. Nossa ideia é que seja no próprio Ministério da Justiça, algo que esteja dentro do nosso sítio eletrônico. O cidadão vai poder acessar o site, utilizar esse canal unificado e imediatamente será direcionado às autoridades competentes para tratar do assunto”, afirmou.

Na cerimônia, o ministro Ricardo Lewandowski destacou a importância da mobilização social para a efetivação de políticas públicas. Ele frisou que os direitos fundamentais passaram por transformações ao longo dos séculos, desde os direitos individuais, direitos sociais até os direitos de terceira geração. E agora, no século XXI, surge um novo conjunto de direitos ligados à proteção frente aos avanços tecnológicos, como a inteligência artificial e a engenharia genética.

“É preciso que tenhamos o domínio dessas tecnologias. Então, o direito que surge, sobretudo a partir da segunda metade do século XX em diante, é o direito fundamental à proteção do meio ambiente, da paz e, agora, também da tecnologia”, explicou.